

# As raízes filosóficas das questões que envolvem a revisão ética nas pesquisas científicas no Brasil

# 4

*The philosophical roots of questions involving ethical review in Brazilian scientific researches*

DOI: 10.18226/21784612.v23.n2.4

Fausto dos Santos Amaral Filho\*

**Resumo:** O presente artigo busca identificar os possíveis fundamentos filosóficos que possam embasar a área biométrica, no sistema CEP/Conep, os quais justifiquem seu domínio diante das questões relativas à revisão ética na pesquisa científica no Brasil. Para tanto, começa por expor o modo pelo qual se processa a referida ingerência e sua inadequação ético-epistemológica. Na sequência, identifica, no surgimento da própria concepção de *episteme*, na Grécia antiga, as possíveis raízes desse imbróglgio. Termina mostrando que é a partir de uma apropriação duvidosa da filosofia de Descartes que a área biomédica julga poder justificar seu domínio ante outras ciências, principalmente as ciências humanas e sociais. Revela, assim, que os procedimentos universalizantes estabelecidos pelo sistema CEP/Conep, ao fim e ao cabo, não possuem fundamento algum, apenas e tão somente, um desejo não justificado de poder.

**Palavras-chave:** Pesquisa em educação. Ética. Fundamentação.

**Abstract:** The present article looks for identifying possible philosophical grounds that may support biometrical area, near to the system CEP/Conep, philosophical grounds that justify its domain opposite to

\* Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Licenciado e Bacharel em Filosofia pela PUCRS. Professor no PPGED da Universidade Tuiuti do Paraná. *E-mail:* <faustodossantos@outlook.com>

questions relative to ethical revision in Brazilian scientific researches. Therefore, the text starts exposing the way by which occurs the referred inference and its ethical-epistemological inadequacy. Following, the text identifies in the origin of the *epistémé* conception, in Ancient Greek, possible roots of this dispute. Ending the arguments, the text shows that it is up to doubtful appropriation of Descartes' philosophy that biomedical area consider that can justify its domain over the other sciences, mainly the ones linked to Human and Social Sciences. Therefore, reveals that universalizing procedures established by the system CEP/Conep, at all, don't have any ground, but only a non justified will of power.

**Keywords:** Research in education. Ethics. Grounding.

Torna-se cada vez mais conhecido, no mundo acadêmico constituído pelas ciências humanas e sociais (CHSs), o verdadeiro imbróglio que envolve a revisão ética em nossas pesquisas. Fundamentalmente, na área da educação, visto que outras áreas, como a antropologia, por exemplo, não é de hoje, já estão envolvidas em tamanha confusão, tendo já produzido, inclusive, considerável bibliografia sobre o tema. No entanto, para nós da educação, de certa maneira, isso parece ser uma novidade, principalmente se atentarmos ao fato de que existem, em nosso meio específico, poucas pesquisas e publicações sobre o assunto;<sup>1</sup> o que, evidentemente, não significa que a ética não seja uma questão do nosso interesse. Pelo contrário, podemos dizer que todas as nossas pesquisas são, por princípio, sobretudo éticas, na medida em que se debruçam essencialmente sobre o *éthos* (hábito) propriamente humano. Afinal, é por meio dos processos educacionais que nós, seres humanos, nos tornamos aquilo que somos, produtores e habitantes de um mundo.

---

<sup>1</sup> Tal fato, inclusive, levou a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em seminário intitulado "Ética e Pesquisa em Educação: entre norma e compromisso", realizado em setembro de 2016, na Unirio, a indicar como tarefas necessárias: 1) a ampliação do debate sobre ética na pesquisa, tanto no que se refere aos procedimentos na prática da pesquisa quanto ao estudo da regulamentação atual; 2) a realização de pesquisas acadêmicas sobre ética na pesquisa na área de educação; 3) a ampliação de publicações, inclusive de textos que abordem aspectos práticos da ética na pesquisa. (MAINARDES, 2017).

O caso é que, mesmo sabendo que desde 1996 existe uma Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a n. 196, que foi exarada com o intuito de regulamentar todas as pesquisas com seres humanos, suplantada em 2012 pela Resolução 466, nunca demos muita atenção a elas, na prática ignoramos-las. Até mesmo porque elas não pareciam ter sido feitas para nós, pois, dificilmente, o nosso modo de ser e, portanto, de pesquisar, conformava-se às suas determinações. Sentíamos que aquilo não era nosso, pois efetivamente não é.

Como já podemos ver, tais resoluções surgiram no âmbito do CNS, vinculado ao Ministério da Saúde, que foi, então, quem criou e mantém o Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep). Não que não tenhamos nada a ver com a saúde. Como diria Platão, e ainda podemos entender muito bem o que isso significa, temos sim, fundamentalmente, com a saúde da *psykhé*. cremos, inclusive, que a grande maioria dos educadores está sempre comprometida com a possibilidade de construir um país menos doentio e, portanto, mais justo.

Contudo, pelo próprio imbrólio criado pelo Sistema CEP/Conep, podemos perceber, claramente, que nosso modo de compreender a pesquisa e os processos cognitivos, em suma, a nossa concepção do que seja ciência é bem diferente daquela professada pela área biomédica<sup>2</sup> que, além de capitanear a fundação da Conep, procura mantê-la, regidamente, sob seu poder, forçando-nos a ser aquilo que não somos e nem podemos ser: uma ciência positivo-naturalista.<sup>3</sup>

Se é que desejamos estar à altura da contemporaneidade, em sintonia com o grau de consciência epistemológica, que conquistamos com o passar do tempo, não podemos nos submeter aos preconceitos de um cientificismo que se arroga a capacidade de julgar tanto o mundo quanto a si mesmo, a partir de uma espécie de visão profética,<sup>4</sup> que revela, ao fim e ao cabo, “a prevalência de um misto de ignorância e arrogância extremamente penoso”. (DUARTE, 2014, p. 21). Afinal, sabemos que “a idéia de cientificidade

---

<sup>2</sup> “Uma das grandes dificuldades que encontramos para definir o estatuto das ciências humanas consiste no fato de quisermos atribuir-lhes um termo de aparência *unívoca*, embora, na realidade, recubra uma pluralidade de discursos: o termo *ciência*”. (JAPIASSU, 1982, p. 98, grifos do autor).

<sup>3</sup> “No domínio da realidade natural, inscreve-se o conjunto das ciências físicas, mas também se insere o conjunto das ciências ditas biológicas”. (JAPIASSU, 1982, p. 80).

<sup>4</sup> “A partir do momento que a Ciência se converteu no substituto da religião, passou a secretar sua própria mitologia e, até mesmo, sua mística”. (JAPIASSU, 1996, p. 43).

comporta um pólo de unidade e um pólo de diversidade, não apresentando uma forma absolutamente geral de auto-regulação dos processos de aquisição dos conhecimentos”. (JAPIASSU, 1982, p. 160). E mais, “diferentemente das ciências da natureza, que nos orientam para uma concepção determinista do mundo, as ciências humanas nos revelam um mundo poético, um mundo feito pelo homem”. (JAPIASSU, 1982, p. 130). Esse é preciso compreender, inclusive, conjuntamente, as suas inerentes indeterminações. É por isso que não podemos nos identificar “pura e simplesmente com uma forma determinada de ciência”. (JAPIASSU, 1982, p. 160) e menos ainda com uma concepção que “faz uma *idéia a priori* e dogmática do que vem a ser *ciência*” (JAPIASSU, 1982, p. 127, grifos do autor) e que, mui democraticamente, pretende tolerar as diferenças desde que elas estejam sob sua tutela. Em última instância, como diz Duarte, “a diferença entre as ciências biomédicas e as CHSs é, assim, a espinha dorsal do nosso problema e das eventuais e esperadas soluções”. (DUARTE, 2014, p. 19).

Ao que tudo indica, muito pouco, ou nada ajuda a nos livrar dessa apropriação indébita da nossa área que a Conep, agora, vem estabelecer uma Resolução, a 510, de 7 de abril de 2016, que não suplanta a anterior, a 466, de 2012, sendo-lhe, antes, tão somente um complemento, uma espécie de apêndice, supostamente reconhecendo as nossas idiossincrasias. Isso se dá na medida em que tal resolução parece ser, apenas, uma estratégia política à manutenção do poder. Pois, se a Conep diz, a partir da referida resolução, que nos reconhece, é claro que, em contrapartida, espera que forçosamente a reconheçamos também, já que, havendo uma resolução específica para o nosso caso, não haveria mais motivos para nos queixarmos tanto, restando, conseqüentemente, nossa plena adesão ao sistema.

Contudo, basta acompanhar o exarado na Resolução 510 para perceber, apesar de todo o palavrorio, que diz reconhecer “a liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica” (BRASIL, 2016, p. 45), que a coisa não é bem assim. Até mesmo porque, em caso de dúvidas, ou seja, de questionamentos em relação à referida resolução, prevalecerão os princípios éticos contidos na anterior, a 466, de 2012, conforme o parágrafo único do art. 32 da 510. (BRASIL, 2016). Princípios éticos esses que, ao fim e ao cabo, estão inexoravelmente vinculados aos princípios epistemológicos oriundos da área biomédica, como não poderia deixar de ser. Não há como fazer uma distinção radical entre o horizonte ético e o horizonte epistemológico, sendo tais horizontes como duas faces da mesma moeda; afinal de contas, agimos

sempre em consonância com nosso conhecimento do mundo. Fica claro, portanto, que a Conep nos reconhece desde que nos submetamos aos seus princípios *eks arkhés* (*desde o princípio*).

É por essas e outras que os “pesquisadores das ciências humanas e sociais (CHS) vêm afirmando a inadequação das normas sobre ética em pesquisa, inspiradas nas ciências biomédicas e aplicadas indevidamente em outros domínios”. (GUERRIERO; BOSI, 2015, p. 2.616). Tal atitude tem nos causado enormes dificuldades, decorrendo daí a “humilhante e desastrosa experiência dos pesquisadores das CHSs de verem seus projetos julgados negativamente nos CEPs em nome de padrões de cientificidade alheios à sua formação e competência”. (DUARTE, 2014, p. 14).

De onde a área biomédica julga poder justificar essa sua atitude de querer colonizar todas as áreas do saber, tomando para si aquilo que pertence ao outro? Por que, em se tratando de ética, a CONEP julga que deve manter a “hegemonia biomédica, positivista, sobre as demais vertentes de pesquisa”? (GUERRIERO; BOSI, 2015, p. 2.620). Haverá um fundamento para tanto?

Ora, é claro que, como boa colonizadora, a biomedicina bem que poderia alegar que, tendo sido a primeira a conquistar tal território, tem todo o direito de querer dominá-lo. Esquecendo-se, porém, como sói acontecer nesses casos, que o referido território há muito já era habitado. O caso é que, “nas CHSs não se impôs, compreensivelmente, a mesma formalização dos *procedimentos éticos*, por ser intrínseca à sua prática a reflexividade sobre a condução das pesquisas”. (DUARTE, 2015, p. 34, grifos do autor).<sup>5</sup> Afinal, a ética, não de hoje, é o campo próprio desde o qual as CHSs se organizam, não sendo por mero acaso que, dentre tantas possibilidades de nomeá-la, quando da sua emergência, *sciences morales* foi um dos nomes escolhidos.<sup>6</sup> Já a área biomédica parece ter descoberto a ética, e, ao que tudo indica, se deslumbrado com sua suposta descoberta, há não muito tempo, mostrando, inclusive, pela maneira como vem agindo, um

<sup>5</sup> Inclusive, como nos lembra Duarte (2015), independentemente do sistema CEP/Conep, “diversas associações científicas e conselhos profissionais já dispunham ao final dos anos 1990 de códigos deontológicos e de comissões de ética (ou vieram a tê-los desde então), mas sua abrangência e destinação costumam ser amplas, envolvendo todas as dimensões da experiência acadêmica e profissional de cada disciplina – e não apenas a ética em pesquisa”. (DUARTE, 2015, p. 34).

<sup>6</sup> “Quando, a partir do século XVIII, surgiu a necessidade de encontrar um nome comum para esse grupo de ciências, elas foram denominadas *sciences morales* ou ciências humanas (ciências do espírito), ou por fim, ciências da cultura”. (DILTHEY, 2010, p. 27).

profundo desconhecimento sobre a questão justamente porque as questões éticas revelaram-se extrínsecas às suas práticas,<sup>7</sup> fundamentalmente, durante a Segunda Guerra Mundial, mas não apenas.<sup>8</sup>

Para corroborar o dito, como bem observam Guerriero e Minayo (2013), basta olhar os documentos internacionais nos quais o CNS se inspirou quando começou a regulamentar a pesquisa científica no Brasil, como, por exemplo, o Código de Nuremberg. (GUERRIERO; MINAYO, 2013). É por essas e outras que, sempre que tal modelo de racionalidade, compartilhado pela área biomédica, “se manifesta sobre questões éticas e políticas, só faz aumentar nossas ansiedades e provocar novas divergências” (JAPIASSU, 1996, p. 64), exatamente como está acontecendo no caso presente da revisão ética nas pesquisas no Brasil.

Contudo, é claro que ter saído na frente para burocratizar os procedimentos éticos nas pesquisas que envolvem seres humanos não fundamenta direito algum de se querer universalizar suas demandas específicas, impondo aos outros aquilo que, mal e parcamente, possa servir para si mesmo. Assim, para tentarmos minimamente compreender o porquê dessa presunção da área biomédica – tentar impor seus modos de ser a outras áreas – visto que ela não a engendra *ex nihilo*, possuindo lá suas razões para tanto, talvez nos ajude um pouco se olharmos à própria história da *epistême*, quando, então, poderemos averiguar que tal presunção é, no mínimo, extemporânea, e que, portanto, já não nos serve mais, servindo, antes, apenas e tão somente, à jogatina política inerente à disputa e à manutenção de um poder.

## Ciência e naturalismo

Foi com o surgimento da filosofia na Grécia antiga que o ser humano passou a desenvolver um tipo de conhecimento que confluiria, decisivamente, para a estruturação e a consolidação do mundo ocidental, a *epistême*, ou,

<sup>7</sup> “O conhecimento científico não tem condições de fundar uma ética. A não ser sob uma forma cientificista, como a dos darwinistas sociais, dos racistas da sociobiologia ou dos positivistas intransigentes”. (JAPIASSU, 1996, p. 63).

<sup>8</sup> “Compreende-se assim como foi essencial a denúncia desse ameaçador horizonte de *hybris* médica por parte dos formuladores da nova ordem mundial emergente dos escombros da II Grande Guerra. A esse pano de fundo ideológico e político acrescentou-se paulatinamente a consciência da força da economia de mercado e das distorções que podia impor ao empreendimento da pesquisa biomédica, particularmente em torno dos imensamente lucrativos setores dos medicamentos e dos serviços privados de saúde”. (DUARTE, 2014, p. 18, grifo do autor).

dito em português, o conhecimento científico. Antes mesmo de possuírem propriamente o nome de filósofos,<sup>9</sup> foi nas colônias gregas da Ásia Menor, no começo do século VI a.C., que uma série de homens, como Tales de Mileto, Anaximandro, Anaxímenes, Heráclito de Éfeso, dentre outros, deu originariamente, a forma ao que hoje, *mutatis mutandis*, é designado pelo nome de ciência. Fundamentalmente, uma explicação interna do mundo, ou seja, tais homens buscavam explicar o mundo “a partir de dentro, em termos das próprias características que o constituem, sem apelar para intervenções arbitrárias oriundas de fora” (BARNES, 1997, p. 19), como faziam os mitos até então.

É dentro desse contexto que buscavam determinar qual a *arkhé* que sustentava a persistência da *physis*, ou seja, qual era o princípio material que ensejava a constituição constante da materialidade do mundo fenomênico. Por isso, Aristóteles chamava esses primeiros filósofos, que geralmente conhecemos pela alcunha de pré-socráticos, de *physiologoi* (ARISTÓTELES, 1982) ou *physikói* (ARISTÓTELES, 1982; 1999), em nosso idioma, *fisiólogos* ou *físicos*. Dessa maneira, a ciência revela, desde seu princípio, sua vocação *naturalista* e, não esqueçamos, sua relação com a matemática também. Visto que, para não falarmos dos pitagóricos, muitos desses primeiros filósofos mantinham uma relação estreita com a matemática, como, por exemplo, já o primeiro dentre eles, Tales de Mileto.<sup>10</sup>

Para o nosso presente estudo interessa, sobretudo, percebermos que tanto quanto este primeiro modelo científico, inaugurado pelos *physikói*, que certamente fez escola no decorrer da história, a medicina, ainda hoje, também se debruça sobre os corpos a partir da materialidade que lhes é própria, havendo, assim, um compartilhamento dos seus pressupostos epistemológicos. Não sendo apenas por uma feliz coincidência que, em inglês, uma das palavras por meio das quais podemos designar o profissional da medicina é *physician* e, mesmo em português, outrora o médico também era chamado de *físico*, porque, vejam só, se considerava que “deve ser perfeito,

<sup>9</sup> “Efetivamente, as palavras da família *philosophia* surgiram apenas no século V a.C., e o termo só foi definido filosoficamente no século IV a.C. por Platão; contudo, Aristóteles e, com ele, toda a tradição da história da filosofia consideram filósofos os primeiros filósofos gregos que apareceram no início do século VI, na periferia da zona de influência grega, nas colônias da Ásia Menor”. (HADOT, 1999, p. 27, grifo do autor).

<sup>10</sup> “Tales, em especial, converteu-se no símbolo da inventividade de tipo matemático e geométrico”. (KIRK; RAVEN; SCHOFIELD, 1994, p. 75).

e consumado em o conhecimento da natureza, começando a sua arte, onde a Fysica remata a sua”. (VITERBO, 1865, p. 330).

Assim, ainda hoje, a medicina costuma ser vista como uma ciência natural, pois, ao fim e ao cabo, as ciências biomédicas “consideram que os seres humanos devem ser conhecidos no mesmo registro do resto da natureza ou da realidade. Por serem matéria como todo o restante do universo, devem ter todas as características e manifestações conhecidas pelo viés da materialidade”. (DUARTE, 2014, p. 21). Ao que tudo indica, isso conflui sobremaneira para a visão altaneira que possuem de si mesmas, a partir das possibilidades de calculabilidade da matéria, acabando por acreditar fielmente que suas pesquisas proporcionam “possibilidades concretas de responder a incertezas”. (BRASIL, 2012, p. 60). E, assim, ao extremo, parecem confundir “a eficácia de um método (científico) com a aptidão para enunciar regras morais” (JAPIASSU, 1996, p. 11), que, dificilmente, podem ser apreendidas por intermédio de um cálculo *more geometrico*.

Tal presunção de *certitudo* das ciências *fisicistas* sempre impressionou o ser humano, transformando-as, no transcorrer da história, no paradigma hegemônico do conhecimento científico, diante do qual, esquecendo a lição aristotélica,<sup>11</sup> não poucas vezes, outros tipos de conhecimento sentiram-se inferiores, almejando a mesma certeza auferida pelas referidas ciências, inclusive as humanas.<sup>12</sup> Portanto, se tem razão Japiassu ao dizer que as ciências humanas, “uma vez separando-se da mãe filosofia, não estavam habituadas a viver sem tutela” (JAPIASSU, 1982, p. 97), pelo que passaram a acreditar que poderiam “introduzir nelas os métodos precisos e quantitativos das ciências naturais” (JAPIASSU, 1982, p. 247), também é certo que, por isso mesmo, historicamente, somos nós mesmos os responsáveis por nos encontrar nessa situação de minoridade, que a questão da revisão ética na pesquisa científica nos revela. Até mesmo porque pode ser o caso, que muitos pesquisadores na área da educação ainda se apeguem, de uma maneira ou de outra, à segurança tutelar oriunda de um modelo científico que já

<sup>11</sup> “Nossa discussão será adequada se tiver a clareza compatível com o assunto, pois não se pode aspirar à mesma precisão em todas as discussões, da mesma forma que não se pode atingi-la em todas as profissões”. (ARISTÓTELES, 1996, p. 119).

<sup>12</sup> “Desde o século XVII o mecanicismo inspira o protótipo epistemológico do animal-máquina. E o ideal da ciência rigorosa mantém-se até os nossos dias. Desde o início, as disciplinas humanas vêm sonhando com o ideal de uma inteligibilidade cifrada segundo o modelo exemplar das ciências naturais”. (JAPIASSU, 1982, p. 97).



não nos serve mais, principalmente aqueles que ainda estão vinculados ao *projeto da modernidade*, para os quais o seu modelo científico é a “forma superior do conhecimento” (PINTO, 1969, p. 63), averiguável por uma “ciência real e positiva”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 49).

Aliás, é na modernidade, logo no seu início, que podemos encontrar aquilo que pode ser o exemplo paradigmático justificador das pretensões da área biomédica em, ainda hoje, ou melhor, sobretudo hoje, querer regulamentar a revisão ética de todas as pesquisas feitas no nosso País. É o pensamento de Descartes, aquele que é considerado o precursor da dita *modernidade*, que nos faz levantar essa suspeita. Inclusive, confirmando tal suspeita, ao que tudo indica, ainda hoje, o pensamento do filósofo parece ser aquele que está na base da nossa medicina. Pelo menos é isso que afirmam alguns médicos não comprometidos com o paradigma hegemônico, pois, ao nomearem Descartes, afirmam:

O ensino médico vem sofrendo e sofre as consequências dessa visão dualista, mecanicista e reducionista. E ainda que tal fato seja negado pelos médicos em geral, professores ou não, a sua realidade permeia os planos de ensino, os currículos e a própria prática médica. (LOBATO; LOBATO, 2011, p. 208).

Contudo, não é só isso, pois tais médicos e pesquisadores da área ainda afirmam a necessidade de superar o modelo cartesiano, para que a medicina possa ampliar não apenas sua visão de mundo, mas, sobretudo, sua visão daquele que, inserido no mundo, é o responsável pela sua produção, ou seja, nós mesmos, os seres humanos. Escutando aquilo que dizem, o modelo de ciência hegemônico entre os médicos não é capaz de abarcar o *éthos* propriamente humano. Ouçamo-los: “O ensino médico, livre assim das amarras da conceituação cartesiana, levaria à formação de profissionais com uma visão mais integral do homem doente, médicos menos cientistas, mas, sem dúvida, muito mais humanos”. (LOBATO; LOBATO, 2011, p. 208).

Vejam, então, no que Descartes pode nos ajudar a compreender as origens das pretensões dos nossos antagonistas, aptos que se acham para controlar não apenas seus domínios, mas também o espaço pertencente ao *outro*. Para tanto, é preciso alertar que não se pretende fazer, aqui, um estudo propriamente dito da filosofia de Descartes, que já, ao seu tempo, percebia os mal-entendidos aos quais o seu

pensamento poderia levar.<sup>13</sup> Até mesmo porque aquilo que se coloca sob o epíteto de *cartesiano* pode muito bem ter pouco a ver com aquilo que o filósofo realmente nos deixou,<sup>14</sup> dependendo muito dos textos que resolvemos privilegiar e daqueles que negligenciamos, inclusive porque, pelo fato de ter deixado sua obra, podemos fazer dela muito mais, ou até mesmo menos, do que ela própria pode fazer de si mesma.<sup>15</sup> Dessa maneira, queremos apenas mostrar de onde é que a área biomédica pode ter retirado as possibilidades de suas pretensões, pois, talvez, ela própria, conscientemente, não saiba.

## Descartes e o sistema CEP/Conep

Lá no começo da modernidade, encontramos Descartes buscando atingir com a filosofia o mesmo grau de exatidão obtido pelo conhecimento oriundo da matemática e da física. Para o filósofo, não se encontrava na filosofia “ainda uma só coisa sobre a qual não se pudesse disputar” (DESCARTES, 1973a, p. 40), sendo, assim, extremamente duvidosa – o que, aos seus olhos, parecia ser um tanto quanto constrangedor. Afinal, diante da clarividência matemática, “nada se poderia imaginar tão estranho e tão pouco crível que algum dos filósofos já não houvesse dito”. (DESCARTES, 1973a, p. 44). É por isso que Descartes firma seu propósito: “não acolher coisa alguma por verdadeira que não me parecesse mais clara e mais certa do que me haviam parecido anteriormente as demonstrações dos geômetras”. (DESCARTES, 1973a, p. 59).

---

<sup>13</sup> “Embora tenha muitas vezes explicado algumas de minhas opiniões a pessoas de ótimo espírito, e, enquanto eu lhes falava, pareciam entendê-las mui distintamente, todavia, quando as repetiam, notei que quase sempre as mudavam de tal sorte que não mais podia confessá-las como minhas. A esse propósito, muito estimo pedir aqui, aos vindouros, que jamais creiam nas coisas que lhes forem apresentadas como vindas de mim, se eu próprio não as tiver divulgado”. (DESCARTES, 1973a, p. 75).

<sup>14</sup> No *Dicionário Aurélio* podemos encontrar esta definição para o termo *cartesiano*: “Que confia de modo irrestrito e exclusivo na capacidade cognitiva da razão, mas limitando-a às explicações mecânicas, simplificadoras, que são inadequadas à compreensão da realidade”.

<sup>15</sup> “Certamente, o legado de Descartes traz uma imagem deturpada, tanto do seu projeto, quanto da sua obra”. (PIMENTA, 2008, p. 13). “É interessante notar que as concepções modernas físico, mecanicista, que haviam de surgir na linhagem científica criada por Descartes, não se encontram no próprio Descartes, que é, antes de tudo, um filósofo da vontade e da liberdade”. (TEIXEIRA, 1990, p. 58).

É tendo isso em vista que o filósofo procura uma fundamentação última da realidade, da qual não possa restar dúvida alguma. A possibilidade do seu intento retira da própria exatidão da lógica, da geometria e da álgebra, pois não seria possível que tais ciências, tão sólidas, não possuíssem um fundamento tão certo e seguro quanto o conhecimento oriundo delas mesmas – fundamento que só a filosofia poderia fornecer.<sup>16</sup> E, para tanto, seria preciso achar o *caminho* (*methodós*) adequado para se chegar a tal fundamento. Para Descartes, “vale mais nunca pensar em procurar a verdade de alguma coisa que fazê-lo sem método”. (DESCARTES, 1985, p. 23). Assim, se por meio da eficácia do método tal fundamento fosse cognoscível, como parecem indicar as três ciências citadas, todo o resto do mundo seria, dedutivamente,<sup>17</sup> passível do mesmo conhecimento também,<sup>18</sup> “posto que, uma vez estabelecidos os princípios, basta continuar a raciocinar por ordem”. (GRANGER, 1973, p. 13).

Dessa maneira, Descartes não apenas toma as matemáticas como modelo à constituição do seu método, como também, antes de utilizá-lo, para resolver a questão filosófica (metafísica) da fundamentação última da realidade, testa-o na resolução de problemas oriundos tanto da geometria quanto da álgebra e, pelo que nos diz, com pleno sucesso.<sup>19</sup> Diante do qual, apoiado nessa sua metodologia matemática, sente-se seguro o suficiente

<sup>16</sup> “Mas, tendo notado que os seus princípios deviam ser todos tomados à Filosofia, na qual não encontrava ainda quaisquer que fossem certos, pensei que seria mister, antes de tudo, procurar ali estabelecê-los”. (DESCARTES, 1973a, p. 49).

<sup>17</sup> “Mas, se o método nos dá uma explicação perfeita do uso da intuição intelectual para não cairmos no erro contrário à verdade, e do meio para encontrar deduções para chegar ao conhecimento de tudo, parece-me que nada mais se exige para ele ser completo, já que nenhuma ciência se pode adquirir a não ser pela intuição intelectual ou pela dedução, como antes ficou dito”. (DESCARTES, 1985, p. 24).

<sup>18</sup> “Arquimedes, para tirar o globo terrestre de seu lugar e transportá-lo para outra parte, não pedia nada mais exceto um ponto que fosse fixo e seguro. Assim, terei o direito de conceber altas esperanças, se for bastante feliz para encontrar somente uma coisa que seja certa e indubitável”. (DESCARTES, 1973b, p. 99).

<sup>19</sup> “E como, efetivamente, ousei dizer que a exata observação desses poucos preceitos que eu escolhera me deu tal facilidade de deslindar todas as questões às quais se estendem essas duas ciências que, nos dois ou três meses que empreguei em examiná-las, tendo começado pelas mais simples e mais gerais, e constituindo cada verdade que eu achava uma regra que me servia em seguida para achar outras, não só consegui resolver muitas que julgava antes muito difíceis, como me pareceu também, perto do fim, que podia determinar, mesmo naquelas que ignorava, por quais meios e até onde seria possível resolvê-las.” (DESCARTES, 1973a, p. 48).

para chegar não apenas à certeza de si mesmo, mas também à de Deus e, assim, à indubitável certeza de que o mundo fenomênico é tão real quanto o divino.<sup>20</sup> Provada a existência do totalmente *outro*, torna-se fácil a dedução das alteridades particulares que constituem o mundo no qual o próprio *eu* existe como um fato.<sup>21</sup>

Dessa forma, se podemos reconhecer o filósofo como o grande metafísico que certamente foi, contudo, não podemos reduzir sua filosofia à metafísica. Para Descartes, se a questão metafísica, ou seja, a questão do fundamento último da realidade é de vital importância para sua filosofia, também é certo que ela não se limita a tal questão, sendo, antes, o primeiro passo à efetivação de todas as outras ciências que vão constituir a *sabedoria* propriamente filosófica. Sabedoria que está, inexoravelmente, ligada às coisas que interessam sobretudo à prática da vida.<sup>22</sup> Podemos dizer, portanto, que, se o filósofo busca a determinação dos princípios ontológicos da realidade, é para, a partir deles, fundamentar uma filosofia voltada especialmente às questões de ordem prática. Antes de propagar um racionalismo meramente especulativo, do qual, inclusive, é um crítico

---

<sup>20</sup> “É pelo menos tão certo que Deus, que é esse Ser perfeito, é ou existe, quanto sê-lo-ia qualquer demonstração de Geometria”. (DESCARTES, 1973a, p. 57). “Só me resta agora examinar se existem coisas matérias: e certamente, ao menos, já sei que as pode haver, na medida em que são consideradas como objeto das demonstrações de Geometria, visto que, dessa maneira, eu as concebo mui clara e distintamente. Pois não há dúvida de que Deus tem o poder de produzir todas as coisas que sou capaz de conceber com distinção; e nunca julguei que lhe fosse impossível fazer algo, a não ser quando encontrasse contradição em poder concebê-la”. (DESCARTES, 1973b, p. 137).

<sup>21</sup> “Ora, não sendo Deus de modo algum enganador, é muito patente que ele não me envia essas idéias imediatamente por si mesmo, nem também por intermédio de alguma criatura, na qual a realidade das idéias não esteja contida formalmente, mas apenas eminentemente. Pois, não me tendo dado nenhuma faculdade para conhecer que isto seja assim, mas, ao contrário, uma fortíssima inclinação para crer que elas me são enviadas pelas coisas corporais ou partem destas, não vejo como se poderia desculpá-lo de embaimento se, com efeito, essas idéias partissem de outras causas que não as coisas corpóreas, ou fossem por elas produzidas. E, portanto, é preciso confessar que há coisas corpóreas que existem”. (DESCARTES, 1973b, p. 143).

<sup>22</sup> “A palavra Filosofia significa o estudo da Sabedoria, e que por Sabedoria entende-se não só a prudência nos negócios, mas um perfeito conhecimento de todas as coisas que o homem pode saber, tanto para a conduta de sua vida como para a conservação de sua saúde, e a invenção de todas as artes; e a fim de que esse conhecimento seja tal é necessário que ele se deduza das primeiras causas, de maneira que, para lograr adquiri-lo, o que se nomeia propriamente filosofar, é preciso começar pela investigação dessas primeiras causas, isto é, dos Princípios”. (DESCARTES, 2003, p. 4).

rígido,<sup>23</sup> a filosofia de Descartes, com todas as ciências que engloba, procura, acima de tudo, “o bem geral de todos os homens”. (DESCARTES, 1973a, p. 71). Para o filósofo, cujo pensamento confluía de maneira decisiva para instaurar nova mentalidade entre nós, superando, assim, a tradicional escolástica:

É possível chegar a conhecimentos que sejam muito úteis à vida, e que, em vez dessa Filosofia especulativa que se ensina nas escolas, se pode encontrar uma outra prática, pela qual, conhecendo a força e as ações do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos cercam, tão distintamente como conhecemos os diversos misteres de nossos artifices, poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próprios, e assim nos tornar como que senhores e possuidores da natureza. (DESCARTES, 1973a, p. 71).

Podemos afirmar, portanto, que o alvo do filósofo “é construir uma doutrina que baste à prática da vida terrestre e, como ele o afirma em muitas passagens, que nos permita atingir a felicidade”. (GRANGER, 1973, p. 13). Assim sendo, para Descartes “filosofar bem consiste, pois, em efetuar um percurso que parte do fundamental (a metafísica) e vai até o útil” (MOREAU, 2003, p. XXI). Podemos fazer uma imagem de Descartes bem diferente daquela que Aristófanes fazia dos homens que se dedicavam à filosofia em seu tempo, vivendo suspensos nas nuvens (ARISTÓFANES, 2000), ou daquela que Platão nos conta jocosamente no seu *Teeteto*, do filósofo que de tanto olhar para as estrelas acaba caindo em um buraco (PLATÃO, 2001), ou ainda, até mesmo daquela oriunda de Marx, para quem, até o seu tempo, os filósofos tinham apenas interpretado o mundo, cada qual a seu modo, sem a preocupação de transformá-lo. (MARX; ENGELS, 2007). Pois é certo que, pelo que já foi possível ver, a filosofia de Descartes “visava a fins práticos” (TEIXEIRA, 1990, p. 69) que pudessem, efetivamente, operar na produção material da existência humana. Assim sendo, podemos dizer que “sua reflexão filosófica e a construção toda do seu sistema foram como que afetadas por este interesse prático e utilitário, que era sem dúvida uma

---

<sup>23</sup> “Pois afigurava-se-me poder encontrar muito mais verdade nos raciocínios que cada qual efetua no respeitante aos negócios que lhe importam, e cujo desfecho, se julgou mal, deve puni-lo logo em seguida, do que naqueles que um homem de letras faz em seu gabinete, sobre especulações que não produzem efeito algum e que não lhe trazem outra consequência senão talvez a de lhe proporcionarem tanto mais vaidade quanto mais distanciadadas do senso comum, por causa do outro tanto de espírito e artifício que precisou empregar no esforço de torná-las verossímeis”. (DESCARTES, 1973a, p. 41).

feição de seu temperamento, da sua maneira de ser e sentir as coisas”. (TEIXEIRA, 1990, p. 69). Em última instância, a *sagesse* do nosso filósofo “une indissociavelmente teoria e prática” (MOREAU, 2003, p. XXI), não buscando algo assim como o conhecimento apenas pelo conhecimento, como se esse fosse uma espécie de fim em si mesmo, mas antes, colher seus frutos, evidentemente, para com eles se alimentar.

Para corroborar o dito, é o próprio Descartes que nos apresenta sua filosofia como uma árvore: “Assim, toda a Filosofia é como uma árvore cujas raízes são a Metafísica, o tronco é a Física e os galhos que saem do tronco são todas as outras ciências, que se reduzem a três principais, a saber, a Medicina, a Mecânica e a Moral”. (DESCARTES, 2003, p. 21). Entretanto, não é só isso, pois o filósofo ainda acrescenta: “Ora, como não é das raízes que se colhem os frutos, mas somente das extremidades de seus galhos, assim a principal utilidade da Filosofia depende de suas partes que só podem ser aprendidas por último”. (DESCARTES, 2003, p. 22). Como podemos ver, para Descartes a filosofia compõe uma unidade, cujas partes estão inexoravelmente interligadas, “unidas entre si e dependentes umas das outras” (DESCARTES, 1985, p. 13), desde suas raízes até a ponta dos seus galhos, de onde se colhem os frutos, quando, então, o conhecimento se volta inteiramente às ciências em prol da vida humana. Por isso, “podemos seguir o raciocínio de que sua obra médica e moral se complementam e se adaptam coerentemente ao sistema”. (PIMENTA, 2008, p. 14). A nós interessa, especialmente, a interligação estabelecida entre a medicina e a moral, pela qual o sistema CEP/Conep parece querer justificar a legitimidade dos seus atos.

Vejamos. Para Descartes, o ser humano é um composto de corpo e alma, e as substâncias encontram-se unidas no ser vivente. No entanto, assim como para compreender um composto químico é preciso distinguir os elementos que o compõem, para compreender o ser humano também é preciso distinguir seus elementos, compreendendo-os naquilo que eles têm de distintos, para, então, depois, compreendê-los em sua união.<sup>24</sup> Não esqueçamos que essa divisão ou análise é a segunda regra do método.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> “Esses homens serão compostos, como nós, de uma alma e de um corpo. É necessário que eu vos descreva, primeiramente, o corpo à parte, depois a alma também separadamente, e, enfim, que eu vos mostre como essas duas naturezas devem estar juntas e unidas, para compor os homens que se assemelham a nós”. (DESCARTES, 2009, p. 249-251).

<sup>25</sup> “O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quantas possível e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las”. (DESCARTES, 1973a, p. 46).

É tendo tal distinção em vista, bem como o papel que a substância corpórea tem em sua correlação com a substância pensante, que o filósofo busca desenvolver, em correlação com a ética, sua medicina, na qual, ao que tudo indica, depositava grandes esperanças, visto que considera a conservação da saúde:

O primeiro bem e o fundamento de todos os outros bens desta vida; pois mesmo o espírito depende tanto do temperamento e da disposição dos órgãos do corpo que, se é possível encontrar um meio que torne comumente os homens mais avisados e mais hábeis do que foram até aqui, creio que é na Medicina que se deve procurá-lo. (DESCARTES, 1973a, p. 71).

Essa passagem do *Discurso do método* deixa em evidência a relação entre ética e medicina. Afinal, como ser plenamente feliz, livre ou, ainda, efetivar a dimensão da vontade, se nossa alma estiver unida a um corpo irremediavelmente enfermo? Certamente é por isso que Descartes critica “aqueles que desenvolvem uma Moral independentemente de uma medicina” (FRAGA-SILVEIRA, 1985, p. 41), pois “a alma não pode engendrar movimento algum no corpo, a não ser que todos os órgãos corporais, requeridos para esse movimento, estejam bem-dispostos”. (DESCARTES, 1996, p. 129, tradução nossa – A. T. XI). Assim, em última instância, para o filósofo, “uma moral não pode ser vista sem uma medicina”. (FRAGA-SILVEIRA, 1985, p. 42).

Tal lição cartesiana, que atrela de maneira inexorável a ética à medicina e, portanto, aos ideais de cientificidade de sua física-matemática, quer o filósofo tenha, de fato, definitivamente, a realizado ou não,<sup>26</sup> ainda que realmente tenha pensado em algum momento de sua vida nessa possibilidade, ao que tudo indica, foi assumida plenamente pelos membros da área biomédica no Brasil, fundamentalmente por aqueles que detêm o poder do sistema CEP/Conep. Como já tivemos oportunidade de alertar, os meandros hermenêuticos que levam às possíveis interpretações da obra de um autor,

---

<sup>26</sup> “Quanto ao qualificativo de *definitiva* que se encontra em alguns autores a propósito da moral de Descartes, que é que eles chamam de moral definitiva? É a moral fundada sobre a verdade, sobre a ciência. Uma moral que permitiria deduzir, de um certo número de princípios verdadeiros e de conhecimentos certos sobre o universo do homem, normas infalíveis de conduta. Essa moral Descartes não escreveu”. (TEIXEIRA, 1990, p. 110, grifo do autor).

certamente, dependem de vários fatores, sendo um deles, evidentemente, os interesses políticos inerentes a tais processos interpretativos. Lembrando sempre que, aqui, não nos interessa saber, propriamente, o que Descartes pensou (ou não), mas, antes, desvelar as bases filosóficas, no caso, cartesianas, sobre as quais a área biomédica insiste em manter suas prerrogativas em relação a questões referentes à ética na pesquisa científica em nosso país, sufocando as idiossincrasias do pensamento das CHSs, pois a biomedicina, respaldada pelo Estado, possui fundamentos cartesianos, dos quais não consegue, ou não quer, se desvencilhar, apesar dos tempos, é algo amplamente conhecido por todos nós. (LOBATO; LOBATO, 2011).<sup>27</sup>

Dessa maneira, se a medicina de Descartes, ao considerar o corpo humano como uma máquina,<sup>28</sup> é essencialmente mecanicista, não pode nos causar espanto que o sistema CEP/Conep, cartesianamente, pareça acreditar que as questões da ética na pesquisa científica se resolvam também mecanicamente pelo preenchimento correto de um formulário cujas peças já se encontram cada qual no seu devido lugar e pronto, ratificando, assim, a ligação estabelecida por Descartes entre mecânica, medicina e moral.

## Dúvidas finais

Ainda que tal concepção cartesiano-mecanicista, mantendo sua hegemonia, possa funcionar nos campos axiomatizados pelos conhecimentos oriundos da área biomédica, o que, ao que tudo indica, na contemporaneidade, já não é mais tão evidente assim,<sup>29</sup> restam muitas

---

<sup>27</sup> “A vinculação da ciência com o Estado foi relevante para colocar o sistema de cura biomédico na condição de fundamento técnico e científico dos modelos de gestão de saúde surgidos entre os séculos XIX e XX; tendo sido nesse contexto que a medicina cartesiana, baseada em legislações próprias, estruturas hospitalares, universidades etc., criou uma ideologia de eficiência médica e científica, nestes dois séculos, responsável pela manifestação da aparente superioridade do sistema biomédico sobre os demais modelos de cura, sendo este aspecto justificado com base em uma razão instrumental e tecnológica”. (CATÃO, 2011, p. 93).

<sup>28</sup> “Suponho que o corpo não seja outra coisa senão uma estátua ou máquina de terra, que Deus forma intencionalmente para torná-la o mais possível semelhante a nós”. (DESCARTES, 2009, p. 251). No tratado sobre *O Homem* a palavra *máquina*, para se referir ao corpo humano, aparece trinta e seis vezes no transcorrer do texto.

<sup>29</sup> “Mas, essa aparente uniformidade conceitual e histórica da medicina oficial omite o fato dela ser possuidora de uma significativa variedade, tendo em vista que vem passando por diversas modificações ao longo dos séculos. Além disso, com a forte tendência de generalização da lógica utilitarista e mercantil no âmbito da instituição médica contemporânea, tem sido verificado o surgimento ou revigoramento de outras medicinas



dúvidas a respeito da adequação de tal concepção a toda e qualquer pesquisa, mormente àquelas realizadas pelas CHSS.

Ora, mas se a dúvida permanece entre nós, deveríamos exigir que os cartesianos da área biomédica fossem, pelo menos, coerentes com a filosofia que os inspira, não mutilando tanto assim o pensamento de Descartes. Não esqueçamos que, para o filósofo, a dúvida é primordial para o estabelecimento do seu método, pois é ela que servirá de padrão para distinguir o falso do verdadeiro. Na busca da verdade, cartesianamente, devemos sempre descartar aquelas proposições sobre as quais possa restar a mínima dúvida, acolhendo apenas as que se mostrarem, indubitavelmente, claras e evidentes. O que, evidentemente, não é o que acontece com a questão da ética na pesquisa em nosso país.

Desse modo, ainda que possamos identificar um tom nitidamente cartesiano que poderia ser tomando como fundamento às pretensões éticas da área biomédica, como podemos ver, esse não é o caso. A dita área, ainda que possa se servir de Descartes conforme suas conveniências, ao que tudo indica, não compreendeu nem ao menos o primeiro passo do método estabelecido pelo filósofo, que consiste em

jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e tão distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida. (DESCARTES, 1973a, p. 45).

Contudo, é bem provável que alguém ainda possa alegar que a área biomédica, em momento algum, duvida da legitimidade das suas pretensões, considerando-as, antes, uma verdade absoluta. Mas então, de fato, nada podemos fazer a não ser apontar veementemente para o modo precipitado com o qual pretende impor sua vontade, tal qual uma criança mimada que procura, a todo custo, submeter os outros aos seus caprichos,<sup>30</sup> beirando, assim, a arrogância.

---

que estão penetrando no setor de saúde moderna; sendo que tais práticas desafiam a tradicional medicina cartesiana através das terapias alternativas, medicina psicossomática, entre outras propostas terapêuticas". (CATÃO, 2011, p. 82).

<sup>30</sup> Não esqueçamos de que os termos *precipitação* e *prevenção*, usados por Descartes na primeira regra do método, se referem, respectivamente, ao julgamento realizado antes de se ter a evidência necessária para tanto e à fixação do adulto ao mundo da infância.

Isso posto, podemos concluir que, para nós das CHSs, nem é preciso recorrer a algo exterior às estruturas do pensamento da área biomédica para mostrar suas contradições, mas apenas alertar que a dita área está em contradição com seus próprios fundamentos. Com o que, é claro e evidente que suas pretensões não possuem fundamento algum, mantendo-se, antes, pura e simplesmente, no âmbito político em vista da ganância pelo poder – o que, do ponto de vista epistemológico e, sobretudo ético, é algo extremamente duvidoso.

## Referências

- ARISTÓFANES. *As Nuvens*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Edición trilingüe por Valentin García Yebra. Madrid: Gredos, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).
- \_\_\_\_\_. As partes dos animais. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, série 3, v. 9, n. especial, 1999.
- BARNES, Jonathan. *Filósofos pré-socráticos*. São Paulo: M. Fontes, 1997.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196, de 10 de outubro de 1996. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF. 16 out. 1996. Seção 1, n. 201, p. 21.082-21.085.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF. 13 jun. 2013. Seção 1, n. 112, p. 59-62.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 510, de 7 de abril de 2016. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF. 24 maio 2016. Seção 1, n. 98, p. 44-46.
- CATÃO, Marconi do Ó. *Genealogia do direito à saúde: uma reconstrução de saberes e práticas na modernidade*. Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- DESCARTES, René. *Carta-Prefácio dos Princípios da Filosofia*. São Paulo: M. Fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Discurso do método*. São Paulo: Victor Civita, 1973a. (Coleção os Pensadores – René Descartes).

\_\_\_\_\_. *Meditações*. São Paulo: Victor Civita, 1973b. (Coleção os Pensadores – René Descartes).

\_\_\_\_\_. *O Homem*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. *Oeuvres de Descartes*. Publiés par Charles Adam e Paul Tannery (AT). Paris: Vrin avec le concours du Centre National du Livre, 1996.

\_\_\_\_\_. *Regras para a direção do espírito*. Lisboa: Edições 70, 1985.

DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: Edunesp, 2010.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Práticas de poder, política científica e as ciências humanas e sociais: o caso da ética em pesquisa no Brasil. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 9-29, jul./dez. 2014.

\_\_\_\_\_. A ética em pesquisa nas ciências humanas e o imperialismo bioético no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, São Cristóvão, v. 3, n. 5, p. 31-52, jan./jun. 2015.

FRAGA-SILVEIRA, Lígia. Fisiologia, concepções médicas e o estatuto da medicina em Descartes. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, n. 8, p. 39-48, 1985.

GRANGER, Gilles-Gaston. Introdução. *A ordem das razões: Descartes metafísico*. São Paulo: Victor Civita, 1973. (Coleção os Pensadores – René Descartes).

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Ética em pesquisa na dinâmica do campo científico: desafios na construção de diretrizes para ciências humanas e sociais. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 9, p. 2.615-2.624, 2015.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas: a necessidade de diretrizes específicas. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 763-782, 2013.

HADOT, Pierre. *O que é filosofia antiga?* São Paulo: Loyola, 1999.

JAPIASSU, Hilton. *Nascimento e morte das ciências humanas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

\_\_\_\_\_. *A crise da razão e do saber objetivo: as ondas do irracional*. São Paulo: Letras & Letras, 1996.

KIRK, Geoffrey Stephen; RAVEN, John Earle; SCHOFIELD, M. *Os filósofos pré-socráticos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

LOBATO, Gisele Rodrigues; LOBATO, Oly. Descartes e o ensino médico. *Revista da AMRIGS*, Porto Alegre, v. 55, n. 2, p. 208, abr./jun. 2011.

MAINARDES, J. A ética na pesquisa em educação: panorama e desafios pós-Resolução CNS 510/2016. *Revista Educação PUC/RS*, Porto Alegre, v. 40, n. 2, maio/ago. 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOREAU, Denis. O tempo de filosofar. Descartes. *Carta-Prefácio dos Princípios da Filosofia*. São Paulo: M. Fontes, 2003.

PIMENTA, Alessandro. Relações entre medicina e a moral no racionalismo cartesiano. *Revista Alpha*, Patos de Minas, n. 9, p. 13-24, 2008.

PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

PLATÃO. *Teeteto*. Belém: Edufpa, 2001.

TEIXEIRA, Lívio. *Ensaio sobre a moral de Descartes*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usarão, e que hoje regularmente se ignoram*: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. Tomo I. Disponível em: <[http://purl.pt/13944/4/1-14592-v/1-14592-v\\_item4/1-14592-v\\_PDF/1-14592-v\\_PDF\\_24-C-R0090/1-14592-v\\_0000\\_capa-capa\\_t24-C-R0090.pdf](http://purl.pt/13944/4/1-14592-v/1-14592-v_item4/1-14592-v_PDF/1-14592-v_PDF_24-C-R0090/1-14592-v_0000_capa-capa_t24-C-R0090.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2017.

---

Submetido em 8 de março de 2018.  
Aprovado em 18 de junho de 2018.